

O CAMPO, A FLORESTA E OS ESPETÁCULOS DE HORRORES DE BOLSONARO

Nathan Belcavello de Oliveira*

No circo de horrores montado na Esplanada dos Ministérios em 2019, dois temas têm sido recorrentes entre as atrações mais requisitadas no picadeiro central da mídia, principalmente quando há a necessidade de tirar dos holofotes questões fundamentais para a aglutinação de forças entre a classe trabalhadora e demais grupos explorados, como a sistemática retirada de direitos, tão bem caracterizada pela hedionda reforma da previdência e pela “Lei da Liberdade Econômica”. Tais temas dizem respeito ao campo e ao meio ambiente.

Longe de tirar a importância e urgência dessas pautas, só sublinhamos que a solução de seus desafios está umbilicalmente ligada à mobilização das massas com ímpeto revolucionário. Nessa perspectiva, infelizmente, normalmente vêm à voga mais para arrefecer o processo do que para aquecê-lo, uma vez que alternativas apresentadas para solução, geralmente, pairam sob os limites do capitalismo, seja da propriedade privada ou da valoração econômica. Vamos explicar melhor...

O campo sangra envenenado

Promessas reacionárias de campanha, o endurecimento da repressão

* Geógrafo e Professor de Geografia. Analista de Infraestrutura, especialidade de Desenvolvimento Urbano, no Ministério do Desenvolvimento Regional. Professor da Educação Básica do Magistério Público do Distrito Federal, ministrando as disciplinas de Geografia e História para as turmas do 3º Ano do Ensino Médio no Centro de Ensino Médio 02 de Brazlândia. Pesquisador em universidades do Brasil e da Argentina. Diretor da Geodiálogos: Revista Eletrônica de Diálogo e Divulgação em Geografia. Correio eletrônico: contato@geografia.blog.br

no campo e medidas institucionais controversas para favorecer a concentração de terras nas mãos da parcela da classe dominante vinculada ao agronegócio e ao rentismo fundiário foram logo executadas pelo governo Bolsonaro. Assim temos a liberação de armas em favor dos latifundiários e a crescente criminalização dos movimentos de camponeses e de povos tradicionais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), quilombolas e de povos originários. Seguem as tentativas frustradas de transferência da Funai e, pelo menos, da atribuição da demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não fazendo muita diferença na realidade, uma vez que permanecem sob a batuta do mesmo governo. Há também o sepultamento definitivo da reforma agrária, moribunda desde o final do segundo governo Lula e em profundo coma nos de Dilma e no ilegítimo governo Temer.

Contudo, como autoria própria do atual governo Bolsonaro há a frenética aprovação de agrotóxicos. Só nesse ano foram liberados a incrível cifra de 290 venenos (BRASIL DE FATO, 2019). Além de serem extremamente nocivos aos trabalhadores que os manuseiam e aos consumidores dos alimentos contaminados, muitos dos agrotóxicos liberados são ainda mais prejudiciais ao meio ambiente que os já existentes no mercado. Alguns possuem ingredientes que têm exterminado abelhas mundo afora, colocando em risco a polinização e o equilíbrio ecossistêmico. Mas não só com agrotóxicos Bolsonaro ataca o meio ambiente!

A floresta arde e desaparece

Por mais que haja um enorme esforço das instituições internacionais capitalistas em tornar a natureza um ativo econômico – ou seja, numa mercadoria – a verdade é que floresta de pé não gera renda fundiária ou lucro imediato. Em momentos de crise econômica, tal como vivemos desde 2008, a classe dominante lança mão de todos seus subterfúgios para a manutenção de sua situação e equalização do período de crise, sendo melhor para estes a possibilidade de abertura de áreas para plantação de *commodities*, para pasto

ou, até mesmo, para a urbanização, ampliando rapidamente a possibilidade de acréscimo de renda e lucro, que o extrativismo adequado da floresta.

Nessa perspectiva, Bolsonaro coloca como ministro do meio ambiente Ricardo Salles, que entrou no governo filiado ao Partido Novo. Cumprindo o mesmo papel que teve à frente do meio ambiente no Estado de São Paulo, Salles empreende um sistemático desmonte da pasta ministerial e dos órgãos de fiscalização e conservação (Ibama e ICMBio). Abre brechas institucionais que se materializam nos graves incêndios florestais e no abrupto crescimento do desmatamento na Amazônia.

Em ambos os casos a imbecilidade presidencial age como de praxe: culpa a organizações não-governamentais (ONG) ambientalistas e indigenistas pelos incêndios e a métodos errados de mensuração, feitos por funcionários públicos “mal-intencionados e não patriotas”, pelos recentes dados sobre desmatamento. A verdade é que nesses espetáculos de horrores os latifundiários são os atores principais, sob a direção “artística” do governo Bolsonaro.

Sorratamente Salles dispara com a necessidade de “monetizar” a Amazônia, diminuindo restrições legais e abrindo áreas para o desenvolvimento comercial (LORRAN, 2019). Para isso, áreas já “limpas” pelos incêndios e desmatamentos caem muito bem!

Não é o fogo, a motosserra, o agrotóxico, a arma ou, até mesmo, Bolsonaro, mas o capitalismo a causa de todas essas mazelas. Seja na floresta, no campo ou na cidade, a luta deve ser pelo “Fora Bolsonaro” não nos marcos políticos do atual sistema, mas por um governo dos trabalhadores em concepções revolucionárias e socialistas.

Referências bibliográficas

BRASIL DE FATO. *Governo libera mais 51 agrotóxicos; um deles ameaça abelhas polinizadoras*. São Paulo, 22 jul. 2019. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/22/governo-libera-mais-51-agrotoxicos-um-deles-ameaca-variedade-de-abelhas>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LORRAN, Tácio. Ricardo Salles: “solução para salvar a Amazônia é monetizá-la”. *Metrópoles*, Brasília, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/meio-ambiente-brasil/ricardo-salles-solucao-para-salvar-a-amazonia-e-monetiza-la>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

REIS, Flávio Almeida. Agronegócio e crise na transição entre os governos Dilma e Temer. *Geodiálogos: Revista Eletrônica de Diálogo e Divulgação em Geografia*, Brasília, n. 1, v. 1, p. 19-23, maio 2016. Disponível em: <<http://www.geografia.blog.br/gdn01v0103/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.